

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 22/Dez



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2693/2021 

PORTO ALEGRE/RS

NOTA DE ESCLARECIMENTO – ELEIÇÃO



A direção do Sindivigilantes do Sul, com sua assessoria jurídica, vem esclarecer que a decisão judicial do dia 15 de janeiro sobre a eleição no sindicato não determinou data ou prazo para que seja realizada nova eleição.

A decisão dos desembargadores somente manteve a sentença de refazer a votação na sua totalidade, invalidando os votos que

tinham sido recolhidos, assim como manteve a validade dos editais, das chapas inscritas e da Comissão Eleitoral.

Também é importante ressaltar que ainda cabe recurso dessa decisão, há pontos importantes a serem esclarecidos e o sindicato vai buscar estes esclarecimentos.

Além disso, está autorizada judicialmente a prorrogação do mandato da atual direção, até que ocorra o trânsito em julgado destas decisões.

Portanto, conforme o Judiciário, a retomada do processo eleitoral ainda está em aberto, estão pendentes possíveis recursos e o mandato da diretoria poderá ser novamente prorrogado.

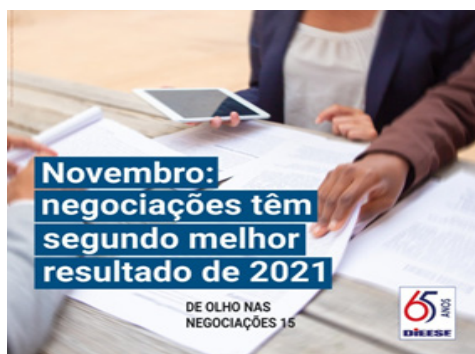
Porto Alegre, 22 de dezembro de 2021.

Loreni Dias – Presidente

Sindivigilantes do Sul

Desempenho das negociações salariais de novembro é o segundo melhor do ano:

cerca de 60% conseguiram pelo menos repor a inflação



Os parcelamentos, no entanto, aumentaram: quase 28% dos reajustes serão pagos em duas ou mais parcelas. A proporção é a maior para uma data-base em 2021 e superior também ao observado em novembro de 2020.

? Confira: <https://www.dieese.org.br/boletimnegociacao/2021/boletimnegociacao15.pdf>

? Siga nossas redes sociais

? Facebook - <https://www.facebook.com/dieese>

dieese

? Instagram - [instagram.com/dieese_online](https://www.instagram.com/dieese_online)

? Twitter - https://twitter.com/dieese_online

? YouTube - <https://www.youtube.com/user/DIEESEonline>

user/DIEESEonline

? Soundcloud - <https://soundcloud.com/dieese>

dieese

Aposentados do INSS vão receber R\$ 1,5 bilhão em atrasados ainda este mês

Ainda este mês os segurados do INSS que ganharam ação na justiça em novembro vão poder receber seus valores devidos



O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou aos Tribunais Regionais Federais (TRFs) um montante equivalente a R\$ 1,461 bilhão para o pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs). Assim, os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que conseguiram vencer ações de concessão ou revisão de benefícios de até 60 salários mínimos (R\$ 66 mil) no mês de novembro, vão receber já nos próximos dias seus valores devidos.

Destino do montante

O montante de R\$ 1,461 bilhão será disponibilizado para a quitação de ações previdenciárias e assistenciais de aposentadorias, pensões e auxílios, para um total de 103.619 beneficiários que venceram um total de 79.836 processos contra o INSS.

Os valores foram enviados do CJF para os Tribunais Regionais Federais responsáveis por repassar o valor aos segurados do INSS e os interessados devem consultar no site de cada do tribunal responsável de sua região para identificar a liberação dos valores.

Em caso de dúvidas quanto a consulta no site do Tribunal Regional de sua região é possível entrar em contato com o advogado para que o mesmo possa realizar a consulta para o segurado.

De acordo com o tribunal, o processamento dos valores para depósito dos atrasados no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal já começou. Logo, no caso dos segurados

atendidos pelo TRF-3 por exemplo, o valor será pago em até sete dias após o processamento.

RPVs para cada Região

TRF da 1ª Região (Sede no DF, com jurisdição no DF, MG, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO e AP)

- Total geral: R\$ 739.561.876,61 (52.805 processos, com 61.517 beneficiários)
- Ações previdenciárias e assistenciais: R\$ 635.997.177,86 (32.330 processos, com 38.102 beneficiários)

TRF da 2ª Região (sede no RJ, com jurisdição no RJ e ES)

- Total geral: R\$ 130.741.327,43 (9.452 processos, com 11.562 beneficiários)
- Ações previdenciárias e assistenciais: R\$ 100.290.461,76 (5.220 processos, com 6.789 beneficiários)

TRF da 3ª Região (sede em SP, com jurisdição em SP e MS)

- Total geral: R\$ 214.482.026,11 (14.911 processos, com 16.157 beneficiários)
- Ações previdenciárias e assistenciais: R\$ 165.662.569,20 (6.427 processos, com 7.498 beneficiários)

TRF da 4ª Região (sede no RS, com jurisdição no RS, PR e SC)

- Total geral: R\$ 379.889.653,13 (37.163 processos, com 44.864 beneficiários)
- Ações previdenciárias e assistenciais: R\$ 329.069.777,04 (19.921 processos, com 24.940 beneficiários)

TRF da 5ª Região (sede em PE, com jurisdição em PE, CE, AL, SE, RN e PB)

- Total geral: R\$ 282.332.854,87 (28.241 processos, com 41.236 beneficiários)
- Ações previdenciárias e assistenciais: R\$ 230.836.628,43 (15.938 processos, com 26.290 beneficiários)

FONTE: JORNAL CONTABIL- Ricardo Junior

Aprovação do Orçamento eleva teto do INSS a R\$ 7.000 em 2022

Texto relatado com base nas previsões do governo aponta para salto de 10,04% do índice responsável pelos reajustes salariais



Reajustes do INSS seguem variação do INPC ALOISIO MAURICIO/FOTOARENA/ESTADÃO

Reajustes do INSS seguem variação do INPC
A aprovação do Orçamento de 2022 com base na expectativa de alta de 10,04% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) vai impactar os reajustes do salário mínimo, dos ganhos de aposentados e pensionistas e elevar o teto do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a R\$ 7.079,50 a partir de janeiro.

Com o novo percentual, o salário mínimo poderá subir dos atuais R\$ 1.100 para R\$ 1.210 em 2022. A previsão inicial, apresentada na LDO

(Lei de Diretrizes Orçamentárias), era de R\$ 1.147, valor R\$ 63 abaixo da mais recente estimativa.

Já o teto do INSS — valor máximo que o trabalhador pode receber de aposentadoria — saltará dos atuais R\$ 6.433,57 para R\$ R\$ 7.079,50 (alta de R\$ 645,93). Na proposta orçamentária inicial, o valor previsto era de R\$ 6.832,45. Para aqueles que recebem remuneração mensal de R\$ 3.000, o novo salário subirá para R\$ 3.301,20.

Apesar de a previsão de reajuste tanto do salário mínimo quanto dos benefícios do INSS ser maior, os valores não embutem um ganho real, com reposição do poder de compra dos aposentados e pensionistas.

Ao conceder um reajuste do salário mínimo abaixo da variação do índice de preços, o governo federal gasta menos. Isso porque os benefícios previdenciários não podem ser menores que o piso da remuneração. Cálculos mostram que cada real no salário mínimo implica despesa extra superior a R\$ 350 milhões nos cofres públicos.

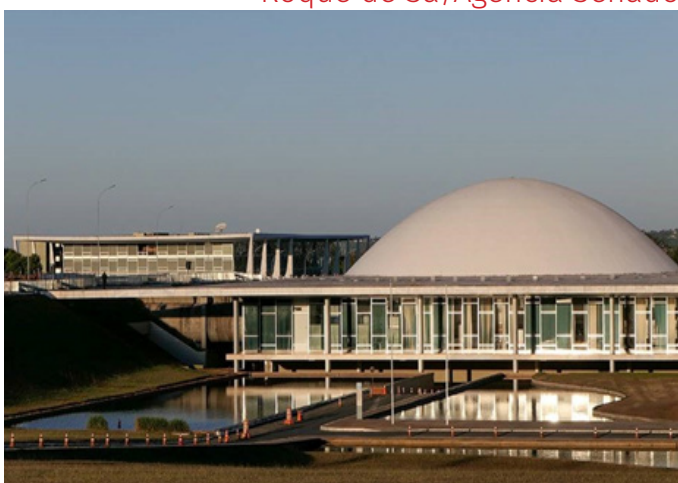
Segundo estimativas do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o salário mínimo é a base da remuneração de 50 milhões de trabalhadores e beneficiários do INSS.

**FONTE: R7 / ALOISIO MAURICIO/FOTOARENA/
ESTADÃO CONTEÚDO**

Orçamento: reajuste à PF, emendas de relator, fundo eleitoral, salário mínimo sem ganho e menos investimentos

Projeto foi aprovado pelo Congresso, mas parlamentares criticam fundo eleitoral de R\$ 4,9 bilhões. E auditores da Receita ameaçam debandar depois que recursos foram deslocados para policiais

Roque de Sá/Agência Senado



Aprovado na Câmara e no Senado, texto do orçamento vai agora a sanção presidencial

Na Com R\$ 16,5 bilhões para as chamadas emendas de relator (as RP9) e pouco mais de R\$ 4,9 bilhões para o fundo eleitoral, o Congresso aprovou nesta terça-feira (21) o Orçamento da União para 2022. Até chegar à peça final, que inclui também o menor valor para investimentos da história (R\$ 44 bilhões), o relator-geral da lei orçamentária, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), fez várias versões, com acréscimos e supressões. Com aumento para áreas sensíveis, como educação e saúde, mas esbarrando nas limitações do “teto” de gastos, as críticas recaíram principalmente ao valor reservado para o “fundo” eleitoral e na continuação do chamado “orçamento secreto”.

Em sessões nas duas Casas, o substitutivo ao

Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 19 foi aprovado por 358 a 97 na Câmara, com duas abstenções. No Senado, foram 51 a favor e 20 contrários. Agora, vai a sanção presidencial.

Além dos R\$ 4,934 bilhões para o fundo eleitoral, que provocaram polêmica e críticas, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou R\$ 1,7 bilhão para reestruturação de carreira de policiais federais. Com isso, auditores-fiscais ameaçaram entregar cargos, afirmando que houve quebra de acordo. “Adicionando insulto à injúria, recursos da própria Receita Federal serão cortados para satisfazer os reajustes acordados com as carreiras policiais, numa demonstração de absoluto desrespeito à administração tributária, que, como nunca, tem se empenhado para prover a sustentação financeira do Estado brasileiro”, diz nota do Sindifisco, sindicato da categoria, divulgada ainda antes da aprovação final do projeto. Servidores do Banco Central também protestaram.

Votações

O projeto foi votado inicialmente na CMO, com muitas idas e vindas, incluindo ainda valor adicional para agentes comunitários de saúde. Foi aprovado às 16h44 de hoje, em votação simbólica, com quase 70 destaques. O relator rejeitou propostas contra o fundo eleitoral, e o substitutivo foi enfim aprovado em definitivo, seguindo imediatamente para o plenário da

Câmara, onde a votação foi concluída às 19h30, e depois para o Senado, que finalizou a aprovação às 21h35. As duas sessões foram conduzidas pelo 1º vice da Câmara e do Congresso, Marcelo Ramos (AM), que está se desfilando do PL por causa da entrada de Jair Bolsonaro no partido.

A previsão era de que o projeto fosse votado ontem, mas divergências provocaram o adiamento. Segundo a presidenta do colegiado, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), isso aconteceu pela busca de mais recursos para a educação e por discordância sobre o oficialmente conhecido como Fundo de Financiamento de Campanha, que tinha R\$ 2,1 bilhões no projeto original, poderia chegar a R\$ 5,7 bilhões após derrubada de um veto e acabou ficando com R\$ 4,9 bilhões.

Recursos públicos

Parte dos parlamentares tentou adiar a votação, por considerar que faltou debate e critério técnico. “Infelizmente, mais uma vez chegamos a esse importante dia com enormes dúvidas sobre para onde vai o dinheiro e certeza para onde não deve ir”, disse, ainda na CMO, o deputado Marcel Van Hatten (Novo-RS). “Recursos públicos vão ser alocados em áreas desnecessárias, quando outras deveriam receber todo apoio.”

“Votaremos favoravelmente ao relatório do deputado Hugo Legal, não ao projeto enviado pelo governo”, afirmou Carlos Zarattini (PT-SP), já no plenário. “É um relatório que sofre das restrições impostas por esse modelo econômico desse governo, que está levando o povo brasileiro à falência.”

Muito ruim

Rogério Correia (PT-MG) disse que o projeto foi melhorado pelo relator, mas continua muito ruim. “É a cara do governo Bolsonaro”, afirmou, lembrando que o Executivo projeta crescimento de 2,1% para o PIB no ano que vem, quando previsões mais realistas apontam 0,5%. Seria, segundo ele, uma tentativa de “inflar” o

Orçamento. “Depois vai sair fazendo corte, com certeza nas áreas sociais.”

Já Glauber Braga (Psol-RJ) lembrou que o partido é a favor do financiamento público eleitoral, mas discordou do valor aprovado. E criticou as emendas de relator. Ambiente, Capes e CNPq estão “operando em mínimos históricos”, acrescentou o deputado do Psol, que foi contra a peça orçamentária.

Salário mínimo

O deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) afirmou que o Orçamento não considera os milhões de excluídos, seja por desemprego, pessoas que ficaram sem benefícios sociais ou que aguardam concessão de aposentadoria. Além disso, prevê bilhões para juros reais e trilhões para financiar a dívida pública. “É um orçamento para banqueiro”, comentou. Dos R\$ 4,8 trilhões de despesas previstos, R\$ 1,9 trilhão referem-se a refinanciamento da dívida. O PCdoB também orientou voto contra o projeto para a bancada na Câmara.

Quase no final das sessões, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) chamou o Orçamento de “excrescência” e “indecência”, referindo-se principalmente ao fundo eleitoral. Ele lembrou ser a favor do financiamento público de campanha, mas apontou falta de sensibilidade em aprovar esse aumento no meio de uma profunda crise econômica e social. “Eu não teria cara de votar esse orçamento e sair à rua depois”, afirmou o parlamentar.

No caso do salário mínimo, por exemplo, o texto original do Executivo previa um valor de R\$ 1.169. No relatório final, ficou em R\$ 1.212, ainda sem aumento real (acima da inflação), pelas atuais projeções do INPC – cujo resultado anual só será conhecido em janeiro. O Auxílio Brasil deverá somar R\$ 89 bilhões, para atender 17,9 milhões de famílias. E o Auxílio Gás, R\$ 1,9 bilhão.

FONTE: RBA

Companheiros/as,

Comunicamos que a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES - CNTV estará em recesso no período de 23 de dezembro de 2021 até o dia 31 de dezembro de 2021.

Retornando suas atividades no dia 03 de janeiro de 2022.

Neste período os serviços administrativos estarão suspensos, haverá um sistema de plantão para as atividades político-sindicais.

FELIZ NATAL E PRÓSPERO ANO NOVO!



Temos a responsabilidade de não desperdiçar o conhecimento que foi conquistado no passado e que tem sido transmitido, e agora temos o dever de nos aprimorar para enfrentar os novos desafios.

2022

Por isso, devemos sempre compartilhar as informações e nos desafiamos a fazer melhor que antes.

Que 2022 seja um ano de mais conquistas, saúde e felicidade

Confederação Nacional dos Vigilantes



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF